

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT03.013

## OS “PAPÉIS VELHOS” DA HISTÓRIA: O USO DE INVENTÁRIOS NA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

Maria Emyllen Dantas Neves<sup>1</sup>

Ana Beatriz Saraiva Leite<sup>2</sup>

Gabriel Luar Calado Bandeira<sup>3</sup>

### RESUMO

Desde quando a disciplina História passou a integrar o currículo escolar, há uma interlocução entre o ensino e a produção teórica e científica do conhecimento histórico. (PCNs, 1998) Entretanto, com o passar do tempo, foi possível observar que se estabeleceu uma certa distância entre as inovações teóricas e metodológicas no campo do conhecimento histórico e a forma como essa produção vem sendo trabalhada nas salas de aula, isto porque mesmo o positivismo sendo superado no âmbito acadêmico, ele ainda se mantém firmemente entrelaçado a educação escolar. É neste sentido que as últimas décadas tem se ampliado cada vez mais o debate acerca de propostas curriculares, materiais didáticos e práticas pedagógicas que visem motivar professores e alunos, reelaborar o conhecimento produzido em sala de aula e complementar o aprendizado. Observamos na utilização de diferentes fontes históricas uma interessante possibilidade para se atingir esse objetivo, de maneira, que a finalidade deste estudo é discutir a utilização

- 1 Mestranda pelo Curso de História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, emyllendts@gmail.com;
- 2 Mestranda pelo Curso de História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, professora-beatrizhist@gmail.com
- 3 Mestrando pelo Curso de História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, gluarcalado@gmail.com

de fontes manuscritas, mais precisamente os inventários post-mortem, como possibilidade de dinamização da prática pedagógica, uma vez que esse tipo de documentação, quando adequadamente analisada, apresenta ricas informações a respeito da economia, religião e cultura de uma determinada sociedade. Metodologicamente nos utilizamos de inventários do século XX, através de atividades didáticas com base na análise documental, debates, elaboração de hipóteses e produção de narrativas históricas a partir dos dados observados. Como aporte teórico nos utilizamos da teoria da Educação Histórica, com autores como Barca (2007), Rüsen (2001), Schmidt (2009). Como resultado, observamos que o contato direto com fontes primárias, como os inventários, alinhado ao conteúdo didático e às diretrizes da BNCC promovem uma metodologia ativa que coloca o aluno como protagonista na construção do conhecimento histórico.

**Palavras-chave:** Educação histórica, Ensino, Inventários.

## INTRODUÇÃO

Desde que a disciplina de História foi incorporada ao currículo escolar brasileiro, abriu-se um debate constante sobre a relação entre ensino e produção de conhecimento histórico. Segundo Schmidt (2019), a partir do processo de ‘cientifização’ da história, o ensino passou a ser visto por muitos intelectuais como um campo de menor valor, com o objetivo de cumprir apenas as finalidades pressupostas nos processos e formas de escolarização de cada sociedade. Desta maneira, ao ato de ensinar história e ao produto dele não se atribuíam o status de ciência, uma vez que o conhecimento científico era considerado uma prerrogativa exclusiva dos historiadores. Ao mesmo tempo, à didática cabia apenas a função de transmitir esse saber, sem participar da sua construção.

Ainda de acordo com a autora, a separação entre esses dois campos acabou deixando um vazio para o conhecimento histórico acadêmico – o vazio de sua função social (Schmidt, 2019). De acordo com Rüsen (2006), até meados do século XVIII ainda era possível observar, entre os historiadores, uma preocupação com a função prática da história; entretanto, a partir do século XIX, com a institucionalização e a profissionalização da história, seus intelectuais passaram a acreditar que a mesma poderia ser legitimada pela sua mera existência, sem que, de fato, lhe fosse atribuída uma função prática. Nas palavras de Rüsen (2006):

A “cientifização” da história acarretou um estreitamento de perspectiva, um limitador dos propósitos e das finalidades da história. A esse respeito, a cientifização da história excluiu da competência da reflexão histórica racional aquelas dimensões do pensamento histórico inseparavelmente combinadas com a vida prática. Desse ponto de vista, pode ser dito que a história científica, apesar de seu clamor racionalista, havia conduzido aquilo que eu gostaria de chamar “irracionalização” da história. (Rüsen, 2006)

Para o ensino de História, essa desconexão também trouxe problemas, na medida em que a disciplina escolar da História passou a se distanciar cada vez mais da realidade dos alunos, obedecendo a um processo

mecânico centrado em datas, fatos e eventos. Schmidt (2009), ao analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino de História, destaca que o documento define como objetivos principais: conhecer, caracterizar, refletir e utilizar fontes históricas, de maneira a delimitar categorias do pensamento que indicam apenas ações a serem desenvolvidas em relação a determinados conteúdos, sem promover formas efetivas de compreensão histórica.

Observamos, a partir dessa análise, que, ainda que os objetivos pareçam positivos à primeira vista, eles se concentram mais em ações pedagógicas do que em processos de compreensão histórica. Melhor dizendo, o foco seria em cumprir tarefas e não necessariamente desenvolver a interpretação crítica e a capacidade de pensar historicamente.

Esses objetivos de aprendizagem apresentados nos PCNs também acabaram por exercer uma influência significativa nos currículos dos cursos de História, de maneira que a formação do professor de História foi construída tendo como base a dicotomia entre a formação relacionada aos chamados conteúdos específicos e aquela referenciada nas teorias pedagógicas, que eram responsáveis pela aplicabilidade do conhecimento histórico científico nas aulas de História (Schmidt, 2009).

Essas questões têm sido amplamente discutidas por historiadores do campo das teorias da Educação Histórica, como é o caso de Schmidt (2009) e Rüsen (2006). A Educação Histórica, como campo de investigação científica, ao abordar a questão epistemológica de uma cognição histórica, vem, aos poucos, construindo um novo paradigma para o ensino da História e o trato com o passado. Segundo Isabel Barca (2007),

A Educação Histórica é um campo de investigação que pressupõe não autorizar a que, em História, se legitime toda e qualquer interpretação do passado: o compromisso com as fontes disponíveis e a coerência com o contexto constituem princípios em que se baseia a validação de uma 'conclusão' histórica (...). A mobilização destes princípios ajudará também a distinguir entre níveis de discurso sobre o passado - especulativo, histórico ou de senso comum. Os jovens, tal como os adultos, precisam de exercitar estas competências de selec-

ção e avaliação da informação com base em critérios racionais, sem esquecer o sentido humano da vida (Barca, 2007, p.6).

É com base nesses pressupostos que a Educação Histórica centra seus estudos nos processos de aprendizagem desenvolvidos no ambiente escolar, entendendo-o como espaço privilegiado para o desenvolvimento da consciência histórica em diferentes níveis. Diversos pesquisadores têm destacado a relevância dessa abordagem para a teoria da aprendizagem, uma vez que ela busca compreender como se dá o desenvolvimento do pensamento histórico em crianças, jovens e professores. Logo, a Educação Histórica propõe investigar não apenas o que os sujeitos aprendem em História, mas como constroem sentidos sobre o passado e estabelecem relações entre o tempo histórico e suas próprias experiências. Assim, podemos entendê-la de maneira a considerar como pressuposto teórico “a natureza do conhecimento histórico” e, como pressuposto metodológico, “a análise das ideias que os sujeitos manifestam em e acerca da História” (Barca, 2001, p. 14), de maneira que professores e alunos são colocados como protagonistas da construção do conhecimento histórico.

A partir dos pressupostos estabelecidos pela Educação Histórica, entendemos que o uso de fontes históricas em sala de aula se constitui como uma estratégia interessante para superar essa distância entre a produção do conhecimento histórico e o ensino dele. Quando o professor se utiliza de documentos, objetos, imagens ou registros manuscritos, possibilita que o aluno compreenda o processo de construção da narrativa histórica, participando ativamente da investigação e da interpretação das evidências do passado. A análise de fontes, portanto, não se restringe a ilustrar conteúdos, mas constitui um exercício de pensamento histórico, no qual o estudante é convidado a formular hipóteses e construir significados. Esse contato direto com as fontes históricas favorece o desenvolvimento da consciência histórica (Rüsen, 2001), na medida em que coloca o aluno diante da complexidade do passado e das relações entre tempo e memória.

Para este estudo, orientamos os usos dos inventários *post mortem* como fontes possíveis de serem utilizadas no ensino de História. Considerando que os inventários são fontes históricas produzidas no contexto de morte dos indivíduos (Teixeira, 2012), neles são detalhados bens, propriedades, dívidas e legados. Logo, fornecem informações sobre economia, relações sociais, família, religião e hábitos cotidianos, oferecendo um panorama detalhado da vida de uma sociedade.

Assim, reconhecemos nos inventários a sua riqueza de informações sobre diferentes dimensões da vida de determinadas sociedades, bem como as diferentes formas de explorá-los em sala de aula. Desta forma, o que propomos ao longo das próximas páginas é aprofundar a análise desses documentos, discutindo suas possibilidades de uso pedagógico e demonstrando como podem contribuir para uma aprendizagem histórica crítica e significativa.

## METODOLOGIA

A metodologia pensada para o desenvolvimento desta pesquisa se baseia em um método qualitativo, por compreender que as práticas de ensino e aprendizagem envolvem processos de significação. Assim, buscamos compreender como o uso de fontes primárias, especificamente os inventários *post mortem*, pode contribuir para o desenvolvimento do pensamento histórico de estudantes da Educação Básica.

A pesquisa aqui realizada conta com a análise bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se baseia nas contribuições de autores que versam sobre a teoria da Educação Histórica, como Rüsen (2001), Barca (2007) e Schmidt (2019). Esse referencial teórico oferece base para refletirmos sobre o papel das fontes primárias na construção do conhecimento histórico escolar e sobre o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos.

Em relação à base documental, utilizamos dos inventários como fonte primária para o ensino de História. Esses documentos foram seleciona-

dos por seu potencial em revelar aspectos da vida cotidiana, das relações familiares, da vida econômica e das sociabilidades das sociedades que os produziram. A análise desses inventários visa identificar possibilidades e adaptação dos conteúdos e informações históricas neles contidos para atividades pedagógicas aplicáveis em sala de aula.

A base documental, como mencionado, se concentra nos inventários *post-mortem* selecionados pela sua riqueza em revelar o cotidiano, as relações familiares, de poder e de gênero, a economia, além das relações sociais produzidas dentro daquele contexto. No entanto, dada a natureza de seu formato, a análise desses documentos exige procedimentos metodológicos específicos, na medida em que configuram instrumentos importantes para o estudo da história urbana, social e cultural. O desafio reside no fato de que, por serem registros que exigiam o pagamento de altas taxas, os indivíduos inventariados geralmente pertenciam à elite local. Assim, o olhar metodológico deve estar atento para a limitação da fonte, reconhecendo que ela fornece um panorama detalhado, sobretudo, da cultura material e simbólica de um grupo social específico.

Com isso, evidencia-se que o manuseio e a interpretação desses documentos exigem cuidados específicos, partindo do olhar e interpretação crítica da fonte. Inventários datados até meados do século XX foram frequentemente redigidos de forma manuscrita, tornando necessária a aplicação de procedimentos paleográficos para a sua compreensão. Para sistematizar a riqueza de informações contidas, a metodologia prevê a construção e o preenchimento de fichas de exploração. Essa etapa de sistematização é essencial enquanto recurso didático, pois permite apreender as variáveis presentes na documentação antes de transformá-la em material pedagógico. A etapa final da análise documental é justamente identificar como adaptar e converter o material analisado em atividades pedagógicas, como debates, formulação de hipóteses e construção de narrativas históricas alternativas. O objetivo é fazer com que a análise de fontes não seja apenas uma ilustração, mas um exercício de pensamento histórico, alinhado ao conteúdo didático e às diretrizes da BNCC.

A articulação dessa metodologia com o ensino de História é de suma importância para a aprendizagem, pois promove a superação do ensino tradicional e positivista, no qual a disciplina histórica por muitas vezes se distancia da realidade material do aluno. Com isso, o manuseio de fontes históricas primárias pode ser utilizado enquanto ferramenta que estimula o exercício de pensamento histórico. A metodologia ativa, por meio da análise documental, debates, elaboração de hipóteses e a produção de narrativas históricas, coloca o aluno como protagonista na construção do conhecimento. Ao estimular os alunos a interrogar as fontes e formular perguntas, o professor orienta o olhar histórico, incentivando a leitura crítica da fonte e a construção de significados. O uso dos inventários, por exemplo, permite a análise da cultura material, de relações de gênero e poder, e do cotidiano, desenvolvendo uma percepção mais concreta da História como construção social. Assim, a metodologia proposta não apenas dinamiza a prática pedagógica, mas, sobretudo, reforça o vínculo entre o conhecimento histórico escolar e a prática historiográfica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### OS INVENTÁRIOS POST MORTEM COMO FONTES PARA A ANÁLISE HISTÓRICA

De acordo com o historiador Marcelo Redes (2012), a historiografia falhou em não considerar a importância das análises voltadas para a materialidade da existência humana, de maneira que, por muito tempo, se conferiu à cultura material um papel meramente ilustrativo, privilegiando-se fontes escritas e questões políticas na história. Foi a partir do século XX, sob os pressupostos teóricos e metodológicos da Nova História, que a historiografia se abriu para uma produção preocupada não apenas em narrar feitos e acontecimentos, mas também em compreender quem faz História, a partir de qual lugar social e com quais propósitos. Não se substituíram os usos dos documentos oficiais, mas abriu-se a possibili-

dade de análises dessas fontes, bem como o entrecruzamento de seus dados com fontes de diferentes naturezas.

No que cabe à fonte que nos propomos utilizar, os inventários *post mortem*, fazem-se necessários alguns procedimentos metodológicos para a sua análise. As fontes cartoriais, categoria da qual os inventários fazem parte, são importantes instrumentos de estudo, dos quais os pesquisadores podem lançar mão ao se enveredar pelos estudos acerca da história urbana, social e cultural (Santana, 2022). Configuram-se como documentações de grande riqueza informativa, possuindo uma estrutura quase inalterada ao longo dos anos. De acordo com Stanczyk Filho (2003):

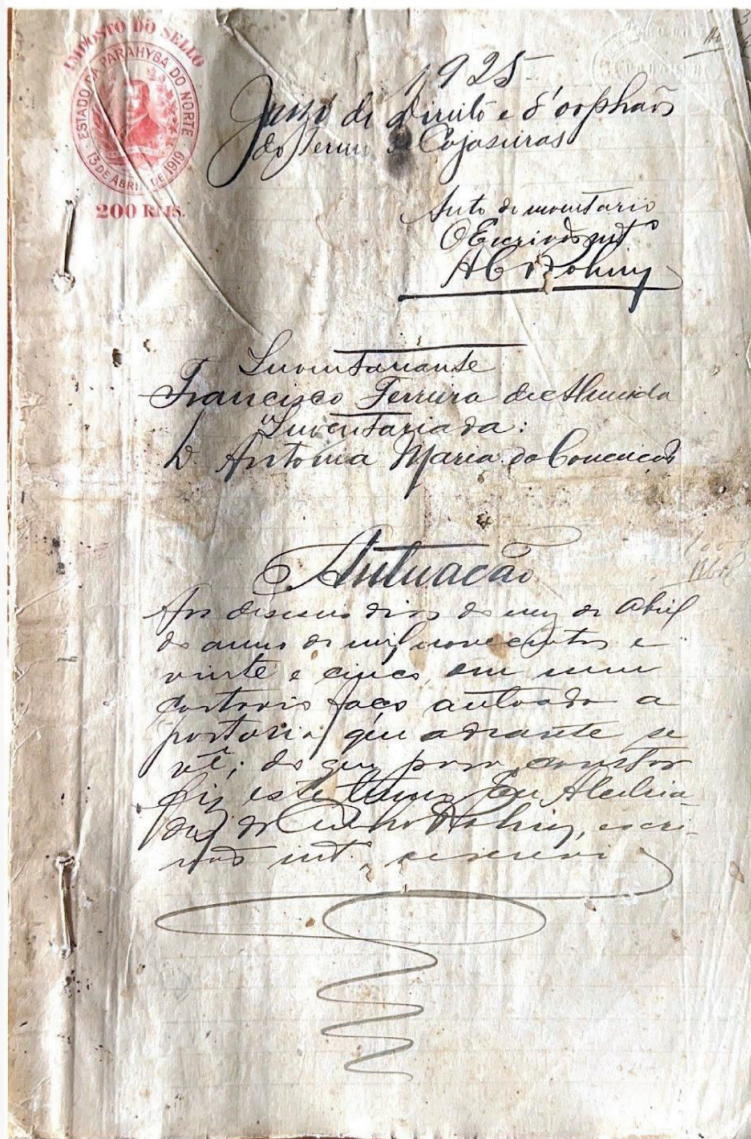
Vale dizer que os inventários *post mortem* são de grande valia porque seu formato sofreu poucas alterações no correr do século XVI ao XIX e todos eles proporcionam aproximadamente o mesmo tipo de informação, permitindo assim comparações entre parentes, famílias e períodos. Deixam revelar, também, além dos bens que significam rendimentos, as questões da vida em família, as divergências, as disputas, os contornos afetivos das ligações dentro do lar e as amizades, que além das determinantes econômicas e sociais, influenciaram as estratégias familiares. (Stanczyk Filho, 2003, p. 464)

No que se refere à sua estrutura, o inventário segue, em geral, a seguinte ordem: “[...] a abertura, documentos comprobatórios, avaliação dos bens (móveis, imóveis ou semoventes), documentos comprobatórios com avaliação das dívidas e partilha dos bens” (Teixeira, 2012, p. 65). Além desses elementos, constam ainda o nome do(a) falecido(a) inventariado(a) e do(a) inventariante – geralmente um parente próximo, responsável por comunicar o óbito e dar início ao processo –, bem como os nomes dos demais envolvidos, como o escrivão, o avaliador e o juiz.

Feito o arrolamento e avaliação dos bens, a partilha dos bens era feita em duas partes: a primeira seria destinada à cabeça do casal – homem ou mulher que formava a outra metade do casal, também chamados de meeiros – que geralmente aparecem nos inventários como inventariantes. A segunda metade era direcionada aos filhos, sendo dividida de maneira igual entre eles. No caso de não existir descendentes, a herança iria para

os parentes ascendentes mais próximos, como é o caso dos pais da pessoa inventariada.

Primeira página do inventário de Dona Maria da Conceição



Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1925.

É importante também destacarmos que o inventário poderia ou não ser precedido de um testamento, sendo este feito em vida e contendo os últimos desejos do testador para a sua herança e descendentes. Ambos

os documentos eram regidos pelo Livro VI das Ordenações Filipinas, que vigorou no Império Português até o ano de 1916, e posteriormente foi substituído pelo Código Civil Brasileiro (Figueiredo, 2021).

Constituindo-se em uma limitação da fonte, os sujeitos presentes nos inventários pertencem a uma parcela restrita da população – a elite local. Isso se deve ao fato de que, por se tratarem de registros cartoriais, os inventários exigiam o pagamento de altos valores em taxas, o que pressupunha que os indivíduos inventariados possuísem um cabedal suficiente para que o valor total arrolado superasse as custas do processo e justificasse a abertura da partilha. Essas despesas envolviam o pagamento do juiz, do escrivão e dos louvados (também chamados de avaliadores), além da produção de uma ampla documentação composta por certidões comprobatórias, declarações e juramentos que deveriam ser anexados ao processo. Vale ressaltar que, entre essas custas, também se incluíam gastos com o velório e o pagamento de dívidas deixadas pela pessoa falecida, normalmente descontados do monte-mor (Figueiredo, 2021). Por esse motivo, defendemos que esse tipo de documentação nos coloca em contato direto com a parcela possuidora da sociedade, revelando aspectos materiais e simbólicos de sua posição social.

Nesse sentido, os inventários *post mortem* são comumente utilizados como base documental para a análise da cultura material de uma determinada época e localidade, uma vez que reúnem um vasto conjunto de informações sobre a natureza e a diversidade dos bens possuídos. Por meio desses registros, é possível identificar animais, mobílias, vestimentas, imóveis e terras pertencentes ao indivíduo, bem como verificar a presença ou ausência de pessoas escravizadas, a depender do contexto histórico ao qual a documentação está vinculada.

Considerando a riqueza de informações contidas nesses documentos, é fundamental adotar cuidados específicos no manuseio e interpretação da fonte. Esses documentos, por sua natureza, possuem linguagem formal e termos técnicos que demandam interpretação cuidadosa. Além disso, muitos desses inventários, que datam até meados do século XX,

foram redigidos manuscritamente, o que torna necessária a aplicação de procedimentos paleográficos para a sua compreensão. É por esse motivo que, a fim de melhor resumir as informações contidas por eles, orientamos a construção e preenchimento de fichas de exploração. O uso das fichas permite a visualização das variáveis presentes na documentação, ou seja, dos grupos de bens inventariados, dívidas, agentes sociais e políticos envolvidos, herdeiros, dentre outros (Figueiredo, 2022).

Assim, é possível apreender que, além de sua relevância histórica, ao serem explorados em sala de aula, os inventários podem ter interessante potencial didático. Ao serem manuseados de maneira adequada, permitem que os estudantes compreendam aspectos da vida cotidiana, relações familiares, patrimônio e símbolos de distinção social, desenvolvendo uma percepção mais concreta da História como construção social.

## **DO ARQUIVO À SALA DE AULA: O USO DOS INVENTÁRIOS POST MORTEM NO ENSINO DE HISTÓRIA**

No contexto da Educação Histórica, o uso de fontes primárias pode se constituir como um dos caminhos mais eficazes para desenvolver o pensamento histórico e promover o protagonismo dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Schmidt (1996), o trabalho com documentos deve representar o ponto de partida para a superação do ensino tradicional, visto que “na perspectiva renovada da concepção de documentos, eles não existem por si mesmos, pela sua própria natureza. Eles só têm significado a partir dos olhares, questões e das problemáticas que são colocadas, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente” (Schmidt, 1996, p. 10). Assim, percebe-se um movimento dialético entre a História como ciência e o seu ensino, especialmente no que se refere às concepções de fonte histórica e às suas potencialidades para o processo de ensino-aprendizagem em História.

Segundo Prost (2001), não existe história sem as perguntas do historiador, afinal, os fatos não são fatos apenas pela sua natureza. As fontes, por

si só, não falam – elas são vestígios do passado que adquirem significações a partir das perguntas levantadas pelos profissionais da História. Assim, o documento não deve ser visto como um reflexo neutro da realidade, mas como uma construção mediada por intencionalidades, seleções e silêncios.

É nesse sentido que o primeiro passo para que o professor possa utilizar qualquer fonte primária como estratégia em sala de aula é a formulação das perguntas que serão feitas a elas. É a partir dessas questões que se define o caminho da investigação histórica e o tipo de aprendizagem que se pretende promover. Quando o professor estimula os alunos a interrogar as fontes, o processo de ensino deixa de ser apenas uma transmissão de informações e passa a se configurar como uma experiência de descoberta e interpretação.

Ao abordar essa questão, Bittencourt (2004) reconhece a importância de formular perguntas às fontes, mas, ao mesmo tempo, ressalta a necessidade de distinguir a atividade do historiador da prática do professor de História: “ao usar um documento transformado em fonte de pesquisa, o historiador parte, portanto, de referenciais e de objetivos muito diferentes dos de uma situação em sala de aula. As diferenças são marcantes, e disso decorrem os cuidados que o professor precisa ter para transformar ‘documentos’ em materiais didáticos” (Bittencourt, 2004, p. 329). Assim, “os documentos como recursos didáticos são de três tipos: escritos, materiais e visuais ou audiovisuais, sendo necessário ser ‘transformado em material didático’” (Bittencourt, 2004, p. 333).

Fonseca (2005), por sua vez, aponta a necessidade de o professor “dialogar com essas fontes com sensibilidade, emoção e crítica, respeitando os limites e as fronteiras discursivas próprias de cada linguagem” (Fonseca, 2005, p. 205). Desta forma, o trabalho com fontes primárias em sala de aula requer do professor não apenas a seleção criteriosa das fontes e das questões a serem levantadas a partir delas, mas também uma postura interpretativa que considere as suas especificidades. O professor, ao mediar essa relação entre o aluno e a fonte, assume então o papel de

orientador do olhar histórico, incentivando uma leitura crítica, a formulação de hipóteses e a construção de significados.

Tratando, de maneira específica, dos usos dos inventários como estratégia didática, suas potencialidades são amplas. Uma primeira possibilidade que pode ser explorada pelo professor é a análise das sociedades a partir da cultura material, por meio da identificação dos diferentes objetos listados nos inventários – como móveis, roupas, utensílios, terras e animais. Os alunos podem se utilizar da análise da estética, funcionalidade e condições de produção desses objetos para investigar o cotidiano das famílias, as formas de riqueza, os hábitos de consumo e as hierarquias sociais de um período histórico específico. Essa atividade estimula a reflexão sobre as diferenças sociais e econômicas, além de favorecer a construção de noções de temporalidade e permanência.

Outra possibilidade parte de uma abordagem que trabalha interpretações sobre as relações de gênero, trabalho e poder. Ao observar, por exemplo, a presença das mulheres como inventariadas, meeiras ou herdeiras, é possível discutir o papel feminino, as estruturas patriarcais e até mesmo a forma como a legislação moldava a distribuição dos bens. De igual maneira, a identificação de pessoas escravizadas nos inventários nos permite analisar o caráter econômico e humano no contexto da escravidão, fomentando o debate sobre desigualdades históricas e suas permanências no presente.

É também possível que se trabalhem os inventários de uma maneira mais prática, através de oficinas de leitura e transcrição paleográfica ou mesmo de atividades de construção de narrativas, nas quais os estudantes, a partir da leitura do documento, são convidados a elaborar hipóteses sobre o modo de vida da família inventariada ou sobre a sociedade à qual pertenciam. Essas atividades estimulam a participação e a criatividade, ao mesmo tempo que desenvolvem o raciocínio analítico e a criticidade, elementos fundamentais para a formação da consciência histórica.

Assim, ao manipular essa documentação, o aluno é colocado no centro do processo investigativo, sendo constantemente motivado a

interpretar informações, formular hipóteses e debater conclusões. Nesse sentido, o uso pedagógico dos inventários *post mortem* reforça o vínculo entre o conhecimento histórico escolar e a prática historiográfica, possibilitando uma aprendizagem mais significativa e crítica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se apoiar nos pressupostos da Educação Histórica, o presente trabalho evidencia como o contato direto do aluno com a fonte histórica, nesse caso em específico, os inventários, que por sua vez fornecem informações sobre a economia, costumes e cultura de uma determinada sociedade, possibilita o desenvolvimento de uma metodologia ativa. Essa abordagem coloca o aluno como protagonista na construção do conhecimento histórico, estimulando-o a formular hipóteses, interpretar evidências e construir significados, superando a visão da fonte como mera ilustração de conteúdo, que por muitas vezes, dentro do ensino de história, acaba por se tornar algo apenas representativo, distante da materialidade daquele aluno.

O trabalho demonstra ainda as diversas potencialidades e manejos didáticos no uso dos inventários *post-mortem* em sala de aula, permitindo a análise da cultura material, dos hábitos cotidianos e das hierarquias sociais, além do amplo debate em torno das relações de gênero, trabalho e poder. A aplicabilidade de procedimentos como a transcrição paleográfica e a construção de fichas de exploração, tem impacto direto no processo de ensino-aprendizagem transformando este em uma experiência de descoberta e interpretação, que coloca o aluno enquanto sujeito ativo deste processo. Desse modo, conclui-se que a utilização dos inventários em sala de aula corroboram para um alinhamento entre o ensino de história e prática historiográfica, promove atividades que colocam os alunos enquanto protagonistas do processo de aprendizagem estimulando o senso crítico, permitindo que a compreensão do passado histórico seja mais complexa, visto que por muitas vezes a história, acaba por ser

apreendida por estes alunos como algo extremamente distante de sua realidade, resultando no desinteresse pela disciplina.

## REFERÊNCIAS

BARCA, Isabel. **O Pensamento Histórico dos Jovens:** Ideias dos Adolescentes acerca da Provisoriedade da Explicação Histórica. Braga: CEEP/Universidade do Minho, 2000.

BARCA, Isabel. **Concepções de adolescentes sobre múltiplas explicações em História.** In: BARCA, Isabel (Org.). Perspectivas em Educação Histórica. Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2001

BARCA, Isabel. **A aula oficina de História.** In V Colóquio sobre Questões Curriculares/ I Colóquio Lusobrasileiro: Produção de identidades. Braga: CIEd/ Universidade do Minho, pp. 983-991. 2002

BARCA, Isabel. **Investigação em educação histórica:** fundamentos, percursos e perspectivas. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa;

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. (Orgs.). Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal, RN: EDFURN, 2008.

BARCA, Isabel. **Objectivity and Perspective in History Education:** The Ideas of Portuguese Students. In Proceedings of the International Conference on Learning and Understanding: How students learn history. Taipé: Tsing-Hua University, pp. 307-329. 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

FIGUEIREDO, Ayrle Alves de. **Inventários post-mortem como fonte histórica:** desafios de uma trajetória de pesquisa possível. In: CEBALLOS, Viviane Gomes de; FIGUEIREDO, Ayrle Alves de (org.). Cidade(s) fragmentada(s): vida material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1876-1890). Brasil, 2021.

FILHO, Milton Stanczyk. **Instrumentos de pesquisa:** indicadores possíveis na exploração de testamento e inventários postmortem. Anais da V Jornada Setecentista, Curitiba, 2003, p. 455-489.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História:** fundamentos e trajetórias. Campinas: Papyrus, 2005.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica. **Teoria da história:** os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. História viva. **Teoria da História III:** formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Didática da história:** passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT; Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: Ed. UFPR. 2010.

SANTANA, Hava Mariana de Oliveira. **Da porta para dentro:** o habitar sertanejo a partir dos inventários post-mortem (Cajazeiras, séc. XIX). 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Cajazeiras, 2022. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/jspui/handle/riufcg/25104> acesso em: 28 de out. 2025.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria F. **Perspectivas da Didática na Educação Histórica.** Caxambu: ANPED, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O uso escolar do documento histórico.** In: VIII Endipe/ Encontro nacional de didática e prática de ensino, 1996, Florianópolis. Formação e profissionalização do educador. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996. v. 1. p. 389-389.

SYMANSKI, Luis Cláudio P. **Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX:** um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. Revista de Arqueologia, 21, n.2: 7396, 2008.

PROST, Antoine. **Las preguntas del historiador.** In: Doce lecciones sobre la historia. Valência: Frónesis, 2001. p. 90-111.